



DE CHARTIER A CERTEAU: REFLEXÕES SOBRE ORALIDADE, ESCRITA E REPRESENTAÇÕES

Marcelle Bittencourt Xavier Almeida¹

Marcus Antônio Assis Lima²

Cássio Roberto Borges da Silva³

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é dedicado à análise da oralidade, fundamentada nas obras de Roger Chartier, e das elucidações sobre a escrita constantes no décimo capítulo intitulado de *A Economia Escriturística*, na obra “A Invenção do Cotidiano”⁴, de Michel de Certeau, partindo das suas inquietações nos anos de 1974 a 1978, e sobretudo, objetiva-se dialogar esses temas com o conceito de *representação*.

Para isso, a discussão se apresenta em torno das transformações ocorridas desde os séculos XVII e XIII, período marcado pela transição do Antigo Regime e a Modernidade, em que as vozes fortemente valorizadas “[...] não se fazem mais ouvir [...]” (CERTEAU, 1999, p. 222).

Nem sempre houve um leitor que tivesse contato com o texto silenciosamente numa relação íntima e individual. Não obstante, o historiador Roger Chartier (2002a, p. 13) ressaltou que no Antigo Regime era muito comum a leitura coletiva de textos “[...] compostos para serem falados ou para serem lidos em voz alta e compartilhados com um público ouvinte, investidos de funções rituais, pensados como máquinas para produzir

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e em Gestão Empresarial e Marketing pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC). Vitória da Conquista, BA, Brasil. Endereço eletrônico: bittencourt.marcelle@gmail.com

2 Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Pós-doutor em Media & Communications pelo Goldsmiths College/University of London, Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Endereço eletrônico: malima@uesb.edu.br

3 Professor Doutor em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, BA, Brasil. Endereço eletrônico: cassi robertoborges@hotmail.com

4 Obra originalmente lançada na França, em 1980, com o título de “L’invention du quotidien 1a. Arts de faire”.



efeitos [...]”, seguindo leis próprias àquela transmissão oral.

No século XVII as primeiras aparições de gabinetes de leitura se espalharam pela Europa, mais notadamente no século XVIII, com a propagação das leituras públicas por tais gabinetes em Paris e outros lugares, quando eclodiu a Revolução Francesa. Estes sobressaíam em relação às bibliotecas públicas por causa do conforto das suas instalações e da atualização imediata dos acervos de livros, embora ainda fosse limitado seu acesso (CHARTIER, 2004).

Segundo Chartier (2002b, p. 23) a representação era “[...] um dos conceitos mais importantes utilizados pelos homens do Antigo Regime [...]” e ocupava um lugar de destaque nestas sociedades, ao se pensar o funcionamento do modelo social e das operações que contribuía para a apreensão do mundo pelos sujeitos. O conceito de representação associava-se a dois sentidos: 1) de ver um objeto ausente (por exemplo, os bonecos de cera que eram expostos por cima do féretro real nos funerais dos soberanos ingleses e franceses, representando algo que já não era mais visível), 2) da exibição de uma imagem presente enquanto apresentação pública de um indivíduo ou uma coisa. A construção das representações sociais embora sejam fundadas na razão, são forjadas por grupos com interesses próprios, e dialogando com Michel de Certeau, Chartier insinua que os indivíduos inscrevem suas expectativas em relação ao outro e competências nos dispositivos textuais ou materiais, com um caráter de diferenciação social (CHARTIER, 2002b).

Nessa perspectiva, baseando-se nas contribuições teóricas referentes à oralidade e à representação, as questões que este trabalho busca responder são: a) Por que a oralidade perdeu sua função decisiva na construção da representação? b) Conforme as ideias de Certeau, por que pode ser levantada essa hipótese de que a oralidade não se faz mais ouvir?

METODOLOGIA

A presente *pesquisa bibliográfica* foi desenvolvida observando os métodos, as técnicas e os instrumentos para a obtenção dos dados necessários para uma apreciação crítica dos resultados. Minayo (2007, p. 44) admite que a metodologia é “como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação”. O



percurso desta investigação ocorreu da seguinte forma: i) foram selecionadas as teorias nos livros selecionados para a pesquisa; ii) as publicações de maior relevância para o estudo foram classificadas pelo parâmetro temático; iii) após a apropriação e leitura do referencial teórico, partiu-se para a análise explicativa e discussão dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Ocidente estava centrado na oralidade, quando surgiram novas conquistas como as de Gutenberg: “prensa, os tipógrafos, a oficina, todo um mundo antigo teria desaparecido bruscamente. Na realidade, o escrito copiado à mão sobreviveu por muito tempo à invenção de Gutenberg, até o século XVIII, e mesmo o XIX” (CHARTIER, 1999, p. 9). O jesuíta e historiador francês Certeau (1999, p. 222) compreende que as vozes foram perdidas “[...] a não ser dentro dos sistemas escriturísticos onde reaparecem”, ou seja, o discurso mítico que se popularizou por tanto tempo no Antigo Regime estava agora operando diferentemente na sociedade moderna devido a conquista da economia - a escritura, com a impossibilidade de tratar daquilo que não mais se ouvia e que se esgotou no presente, pelo menos na sua forma “pura”.

No Antigo Regime, a legitimidade do poder absoluto estava vinculada à interpretação do texto sagrado, e por muito tempo a Bíblia foi vista como a Escritura por excelência, que falava ao povo com “[...] um ‘querer-dizer’ do Deus que espera do leitor (de fato, o ouvinte) um ‘querer-ouvir’ do qual depende o acesso à verdade” (CHARTIER, 1999, p. 228).

Com o abalo do regime de verdade que tinha como pilar a exegese do texto bíblico, em contraposição, na Modernidade a verdade não é “[...] mais o que fala, mas o que se fabrica”, ganhando espaço a produção do escrito (CHARTIER, 1999, p. 228). E para que isso ocorra, ela passa por um processo de fabricação que contempla três elementos essenciais: a página em branco, um texto e a apropriação do espaço exterior em prol da alteração da realidade social. A página em branco é um lugar que o sujeito utiliza para produção, em que ele tem autonomia para fazer saberes, não sendo mais influenciado e determinado pelas vozes existentes no mundo tradicional. O sujeito passa a se isolar diante da página em branco que é disposta para ele, de modo que manifeste seu próprio querer. Em seguida, o texto é construído na página, por intervenção de operações concatenadas que desenham um sistema de significados. Palavras e frases vão sendo ordenadas progressivamente pelo sujeito produtor. Ao examinar o terceiro elemento, constata-se que versa sobre



a modificação de uma exterioridade em busca de uma eficácia social. Na ilha da página operam dois opostos: a passividade do indivíduo frente à determinada tradição, que é aquilo que entra na página, e por sua vez, o produto é o que sairá dela, originário do poder do indivíduo de fabricar (CHARTIER, 1999).

Em face do exposto, a empresa escriturística pode armazenar passivamente tudo aquilo manifestado pela tradição ou simplesmente mudar “[...] aquilo que recebe do seu meio circunstancial e cria dentro de si os instrumentos de uma apropriação do espaço exterior”, fabricando objetos, e ao mesmo tempo, imprimindo neles o seu poder (CERTEAU, 1999, p. 226).

Nas acepções antigas, para Chartier (1991, p. 185-186) a representação confundia-se com a ação do imaginário e tornava-se uma “máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz constrangimento interiorizado”. As representações feitas pelos indivíduos nunca eram neutras, afinal, as percepções do social produziam “estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas)” com a imposição da autoridade sobre outros, justificando para os sujeitos as suas condutas e escolhas (CHARTIER, 2002b, p. 17). Dito desta forma, fica claro que os indivíduos se sujeitavam à atribuição de representação que faziam de si próprios a fim de aguardar um reconhecimento do outro, numa relação de dominação simbólica.

CONCLUSÕES

Pelas discussões desdobradas neste trabalho, as ideias de Certeau conduzem a uma reflexão sobre o quanto foi decisivo o despontar da economia escriturística, que se sobressai uma Modernidade devido a necessidade de inscrever a lei nos corpos a partir da escritura, conduzindo à reprodução de uma prática social efetiva, de “um fazer” do sujeito que não mais interpreta os mistérios do mundo, mas que é produtor de textos e do saber. E com isso, já não mais opera o “mundo mágico das vozes e tradição”, assim descrito por Certeau (1999, p. 224) quanto ao Antigo Regime.

Nesse ínterim, as leituras coletivas vão se perdendo no tempo e há a construção de uma identidade social e individual, em que o sujeito passa a ler só e silenciosamente, inserido em um mundo que anulou a oralidade e adotou uma postura produtora de textos. E enquanto produtores de saberes, os indivíduos constituem uma sociedade com uma riqueza de múltiplas leituras de literaturas e obras plásticas, que acabam por desmontar



a representação.

Palavras-chave: Antigo Regime. Escrita. Modernidade. Oralidade. Representação.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** Edição de Luce Giard. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador; conversações com Jean Lebrun.** Tradução de Reginaldo de Moraes. São Paulo: UNESP/IMESP, 1999.

_____. **Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna: séculos XVI-XVIII.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002a.

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime.** Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

_____. **O mundo como representação.** Estud. av., São Paulo, v. 5, n. 11, abril 1991.

_____. "Por uma sociologia histórica das práticas culturais". Tradução de Maria Manuela Galhardo. In: **A história cultural: entre práticas e representações.** 2. ed. Lisboa: Difel, 2002b.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento.** 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.